

O FUTURO DA MEMÓRIA DA ESCRAVIDÃO NO ÍNDICO

LEMBRAR E ESQUECER NA ILHA DE MOÇAMBIQUE E ZANZIBAR*

Livio Sansone  

Universidade Federal da Bahia

Wilson Profírio Nicaquela  

Universidade Lúrio

“Em questão está a vida política dos escombros imperiais”.¹ |

Muitas vezes, a escravidão, especialmente a transoceânica, tem sido mais escondida do que mostrada. Há sempre uma aura de vergonha, dor, estigma, vingança, culpa, reparação e desigualdade em torno de qualquer memorização do processo de escravização do corpo humano. Por um lado, tanto na África como nas Américas, a escravidão é marcadamente presente, sobretudo, na vida familiar, na esfera íntima mais geral, nos provérbios associados ao trabalho, nas acusações de bruxaria, nos amuletos e nas manifestações de espíritos ou santos. Por outro

* Esta pesquisa foi realizada de setembro de 2021 a fevereiro de 2023 graças a duas doações para Livio Sansone do Programa Capes-Print da Universidade Federal da Bahia e do DAAD, por meio do Cluster *Africa Multiple* da Universidade de Bayreuth. Esta segunda dotação permitiu custear a pesquisa de campo, quantitativa e qualitativa, na Ilha de Moçambique, que foi coordenada por Wilson Nicaquela, que criou uma equipe de jovens investigadores entre os alunos do curso de Turismo do campus na Ilha de Moçambique da Universidade Lúrio. Os autores agradecem o cuidado e as sugestões dos pareceristas anônimos da revista *Afro-Ásia* e o apoio e sugestões de Bruno Musti, morador da Ilha de Moçambique, assim como dos alunos do curso de turismo da UNILURIO que colaboraram com a pesquisa e de muitos colegas do instituto do patrimônio de Moçambique (ARPAC).

1 Ann Stoler, “Imperial debris. Reflections on ruins and ruination”, *Cultural Anthropology*, v. 23, n. 2, (2008), pp. 191-219, .

lado, falar em público da memória da escravidão não é um fenômeno normal ou natural, muito pelo contrário.

Isso quer dizer que a criação daquilo que Stephan Palmié² chamou de uma “comunidade mnemônica” – uma comunidade de pessoas compartilhando lembranças, memórias, ícones, sentimentos e sonhos ou visões do mundo – entre os descendentes dos escravizados de origem africana. Contudo, essa comunidade não é nunca somente o resultado da presença ou predominância de pessoas de origem africana na comunidade ou da população em questão. A “comunidade mnemônica” é principalmente consequência de um complexo conjunto de fatores, tais como políticas identitárias, turismo de memória – que geralmente atende à busca de raízes entre os afro-americanos –, as ironias de uma política da memória pan-africana daquilo que deve ser lembrado ou esquecido,³ tradição oral, cultura visual, regimes de memória e existência de uma tradição literária negra cujo cânone valoriza a procura de raízes e origens e as diferentes relações entre herança africana e mobilização da “etnicidade”, como ocorre, por exemplo no Brasil, nos Estados Unidos e, inclusive, na própria África. Esse contexto coloca com força a questão de como a escravidão e os escravizados devem ser lembrados pelas pessoas negras e como a experiência delas deve ser representada por outros, sem mais poderem falar de si mesmos. Para tornar essa representação possível, a ação de agentes externos, sobretudo a Unesco, tem sido de suma importância.

Este artigo tem dois objetivos. O primeiro é mostrar brevemente o longo processo por meio do qual a Unesco elaborou um plano de ação em torno da memória da escravidão com pretensões universais, tencionando nortear ações de cunho reparatório nas várias partes do mundo, oceanos e mares onde a população foi afetada pelo tráfico de escravizados africanos. O segundo objetivo é demonstrar, a partir de pesquisa realizada em dois lugares estratégicos no Oceano Índico, como essa pretensa universalidade da Unesco está

2 Stephan Palmié, “Escravidão, historicismo e miséria da memorialização” in Olivia Gomes da Cunha (org.), *Outras ilhas. Espaços, temporalidades e transformações em Cuba* (Rio de Janeiro: Aeroplano, 2010), p. 226.

3 Ferdinand de Jong, *Decolonizing Heritage. Time to Repair in Senegal*, London: Cambridge University Press, 2022.

ainda longe de ser alcançada. As nossas considerações sobre Zanzibar se baseiam em uma breve incursão exploratória local e em fontes secundárias resultantes de uma sólida tradição de pesquisa.⁴ Já a nossa análise da Ilha de Moçambique baseia-se em duas missões de pesquisa, que realizamos em novembro de 2022 e janeiro de 2023, bem como em dados primários resultantes de uma pesquisa empírica mais detida, quantitativa e qualitativa.

Na parte atlântica da diáspora africana, o passado associado à escravidão – e seus potenciais lugares de memória – geralmente não é mostrado ou exibido de forma espetacular, mesmo que os descendentes de escravos ainda estejam lá, ou que as relações sociais ainda sejam pautadas por desigualdades extremas e duradouras enraizadas na escravidão. Nos Estados Unidos, os grandes museus desenvolvidos em torno da questão negra celebram principalmente os vencedores, e não a condição ou o cotidiano do escravizado. Não é à toa que a primeira exposição do grande Museu Nacional de História e Cultura Afro-Americana do Instituto Smithsonian, inaugurada em 2016, foi dedicada aos “aviadores negros” na II Guerra Mundial.⁵ Também no Brasil, os pouquíssimos museus sobre o tema têm tido dificuldade de exibir a escravidão e mais ainda de apontar suas fortes consequências na feitura de desigualdades extremas e duráveis. Em grandes centros do Norte Global, como Washington DC, Liverpool, Bordeaux ou Amsterdã, a prática de sinalizar, geralmente com pequenas placas metálicas coladas na frente do portão, os imóveis construídos com o dinheiro acumulado com a escravidão hoje desperta protestos de moradores receosos com a possível desvalorização de seus imóveis.

Em contextos diferentes, mas apontando na mesma direção, em Salvador (Brasil), nas feiras de Dakar (Senegal),⁶ ou na região Balanta (Guiné

4 Abdul Sheriff, “Social Mobility in Indian Ocean Slavery: The Strange Career of Sultan bin Aman” in Robert Harms et al. (Eds.), *Indian Ocean Slavery in the Age of Abolition* (New Haven: Yale University Press, 2013), pp 143-158.

5 Disponível em: [☞](#)

6 Livio Sansone, “Feiras na África Ocidental: metáfora e performance: lugares de produção e transformação de identidades e imagens do mundo ‘de fora’” in Claudio Alves Furtado (ed.), *Diálogos em trânsito. Brasil, Cabo Verde e Guiné-Bissau em narrativas cruzada*. (Salvador: Edufba, 2015), pp. 127-156.

Bissau), a memória da escravidão ainda está presente e faz parte do cotidiano. Essa memória aparece nos ditados populares sobre o trabalho e a percepção do que é o trabalho decente ou aquele indigno, e da cultura em torno das relações de trabalho – na qual ainda se dão ameaças, gritos, insultos e até violência física.⁷ Dramatizar esse processo em lugares *ad hoc*, como a Ilha de Gorée, no Senegal, os fortes ganenses e as várias Portas do Não Retorno ou Jardins da Memória nas costas Atlântica e Índica do continente africano, parece ser relativamente mais fácil, especialmente quando a visitação turística beneficia de alguma forma a economia local. Entretanto, estas dramatizações não atingem profundamente as relações sociais locais. E também podem criar uma crise de rejeição entre os moradores das comunidades em questão, o que acontece com mais frequência na Costa Índica. Em outras palavras, a relação com o passado escravocrata é, em geral, ambígua e tensa, pois tê-la muito próxima contribuiria para “poluir” as atuais hierarquias sociais, privando-as de qualquer forma de legitimidade.

Os estados nação pós-coloniais na África, em seus esforços para que o povo imagine coletivamente a jovem nação, tampouco têm mostrado interesse em desenterrar a memória da escravidão e identificar vítimas e algozes – algo que poderia “dividir”, em lugar de “unir” o povo.⁸ A escravidão é mais facilmente lembrada quando não está próxima, ou quando esse processo de lembrança não afeta o cotidiano dos descendentes dos escravizados ou dos escravocratas. Lembrar e, sobretudo, patrimonializar a memória da escravidão em lugares de memória, monumentos, memoriais e até museus, é um complexo e árduo processo de engenharia social que requer um profundo conhecimento da história, da linguagem e do contexto local para que valores universais em torno da noção de liberdade e cativo, como aqueles defendidos pela Unesco, sejam bem recebidos e tenham sua função emancipatória efetivada.

7 Walter Hawthorne, *Planting Rice, Harvesting Slaves: Transformations along the Guinea-Bissau Coast, 1400-1900*, Portsmouth: Heinemann, 2003; Sansone, “Feiras na África Ocidental”.

8 Ferdinand de Jong, “Silences that Speak to the Slave Trade”, *Cahiers d'études africaines*, v. 1, n. 197 (2010), pp. 319331.

Unesco: História Geral da África e projeto Rota dos Escravos

A memorialização ou até monumentalização da escravidão requer a capacidade de “destacar” e expor algo potencialmente vergonhoso e odioso para a grande maioria da população. Além disso, esse movimento provavelmente sempre será um processo que precisa ser, em alguma medida, estimulado por forças e agentes externos, pelo menos tão poderosos quanto as forças e agentes internos. Os agentes externos podem ser estudantes universitários (muitas vezes jovens que regressam às suas comunidades após a formação na universidade), ativistas culturais, promotores da indústria do turismo, organizações não-governamentais, políticos locais ou nacionais (por exemplo, no caso do Brasil, Cuba, Senegal, Gana, Benin e Zanzibar), a rede internacional em torno do estudo do Atlântico Negro ou da diáspora africana em geral (que também podem ser redes de turismo étnico) e as fundações e organizações nacionais e internacionais que trabalham tanto com patrimônio quanto com a preservação da memória do tráfico de escravizados e o antirracismo. O sucesso, por exemplo, em termos de visitas e preservação de um lugar de memória da escravidão, depende fortemente de uma relação virtuosa entre agentes e interesses internos – o que muitas vezes evidencia o conflito entre grupos de interesses diferentes, e por vezes antagônicos, e agentes externos.

Um dos agentes externos mais importantes tem sido a Unesco, com suas resoluções sobre patrimônio material e imaterial e suas listas de lugares e, mais recentemente, produtos culturais declarados como patrimônio da humanidade. Trata-se de um processo de longo prazo, iniciado na “idade de ouro” da organização, nos anos 1950-1964, época em que o antirracismo era o fio condutor de muitas atividades da organização, cujo objetivo fundamental era a celebração e valorização da universalidade da condição humana e a pluralidade e diversidade de suas culturas. Foi assim que se desenvolveu o *habitus*, ou norma atlântica, com relação à escravidão, isto é, a forma de pensar a escravidão transoceânica em geral

a partir da história, do contexto e das redes atlânticas. Isso aconteceu a partir da centralidade de Estados Unidos, Grã Bretanha, França e Caribe na luta pela Abolição da escravidão transoceânica, e depois nas atividades missionárias, sobretudo católicas, metodistas e anglicanas, do pensamento panafricano e, mais adiante, da produção de poderosas narrativas fílmicas e televisivas (pensemos no impacto internacional do seriado americano *Raízes*, baseado na história familiar de Alex Haley).⁹ A esta centralidade do Atlântico contribuiu também a Unesco – por meio de sua rede internacional composta por pesquisadores e ativistas, sobretudo da França, dos Estados Unidos, da África ocidental, do Caribe e do Brasil.

Em seus primeiros anos, a Unesco, fundada em 16 de novembro de 1945, representou uma importante encruzilhada para as ciências sociais de todo o mundo, principalmente no “mundo latino”, nos Estados Unidos e na África Ocidental. Houve dois momentos importantes para a Unesco, em diferentes contextos e períodos. O primeiro iniciou-se com o movimento internacional gerado pela elaboração, a pedido da Assembleia Geral da Unesco, de uma Declaração sobre “Raça”, elaborada em três etapas, entre 1950 e 1953.¹⁰ A Unesco continuará a fazer do antirracismo ou da promoção dos estudos africanos uma parte importante de sua ação nas décadas sucessivas, mas em um campo mais complexo e saturado, no qual esta organização internacional será muito menos central e poderosa. O segundo momento ocorreu a partir do começo dos anos de 1960, quando a Unesco deixou de ser uma organização caracterizada por ser um espaço de diálogo interracial.¹¹ Dois importantes

9 O impacto desse seriado foi pesquisado na pequena cidade turística de Shimoni, na costa do Quênia. As metanarrativas globais antiescravidão, que emergiram do movimento afro-americano pelos direitos civis, foram veiculadas no Quênia pelo popularíssimo seriado televisivo *Raízes*, que chegaram a modificar as narrativas locais com relação à escravidão, pelo menos no que diz respeito à representação da mesma frente aos turistas europeus. Ver: Stephanie Wynne-Jones & Martin Walsh, “Heritage, tourism and slavery at Shimoni. Narrative and Meta-Narrative on the East African coast”, *History in Africa*, n. 31 (2010), pp. 247-273, [↗](#).

10 UNESCO, *Four statements on the race question*, Paris: Unesco Publications, 1969, [↗](#).

11 Quase no mesmo período, nos Estados Unidos a NAACP (National Association for the Advancement of Colored People) também deixou de ter tal função devido ao avanço e à radicalização do movimento pelos direitos civis.

projetos promovidos pela Unesco foram uma forma de recuperar o papel central que a organização havia desempenhado na década de 1950 nos campos dos estudos afro-americanos e africanos. Tratou-se de um processo que mostrava um movimento de valorização da cultura e do patrimônio, bem como certo desengajamento do combate às desigualdades raciais. Talvez a entrada efetiva dos Estados Unidos na instituição, em 1964, tenha desempenhado um papel decisivo nessa “culturalização” da Unesco. Esses projetos, o “História Geral da África” e a “Rotas dos Escravos”, eram formalmente independentes um do outro, mas, na verdade, o segundo apresentava-se como consequência do primeiro. Esses dois grandes projetos expressaram a forte tensão política em torno do tema da história da África, uma estreita relação tanto com a Guerra Fria e seus desdobramentos quanto com o equilíbrio de poder dentro da geopolítica do conhecimento. O elo entre os dois momentos da idade áurea e da valorização da memória da escravidão foi a elaboração do projeto “História Geral da África” (HGA), uma contra história que questionava narrativas dominantes, inclusive porque era em parte financiado por recursos oriundos do Sul Global. Assim, o projeto HGA priorizava autores africanos e o desenvolvimento do processo de valorização da cultura imaterial de grupos até o momento pouco representados nas práticas de patrimonialização e musealização. Eis a pauta político-acadêmica do projeto nas palavras da própria UNESCO.

A UNESCO lançou em 1964 o projeto da História Geral da África para remediar a ignorância generalizada sobre o passado da África. Para enfrentar esse desafio, que consistia em reconstruir uma história da África livre dos preconceitos raciais herdados do tráfico de escravos e da colonização e promover uma perspectiva africana, a UNESCO convocou os maiores especialistas africanos e internacionais da época. A elaboração dos oito volumes da História Geral da África mobilizou mais de 230 historiadores e outros especialistas por mais de 35 anos [...] Até agora, a África e suas diásporas têm sido frequentemente apresentadas como grupos de áreas distintas separadas por oceanos com contato esporádico entre si durante breves momentos históricos. Os editores dos novos volumes da História Geral da África queriam romper com essa perspectiva binária e redutora das relações entre a África e suas diásporas.¹²

12 Disponível em: [\[2\]](#).

Na HGA, o continente africano tendia, de forma relativamente pioneira, a ser considerado como um todo, enfatizando a importância do “reconhecimento do patrimônio cultural africano” e de “destacar os fatores que contribuem para a unidade do continente”. A coleção da HGA pretendia também ser “o reflexo fiel da forma como os autores africanos veem a sua própria civilização” e “mostrar o contributo dos africanos para o desenvolvimento da humanidade”. Ao longo do seu desenvolvimento, o projeto HGA manteve-se em tensão com a historiografia mais tradicional, que o acusará de ser demasiado africano-cêntrico, sobretudo em torno da *Cambridge History of Africa*, que se identificava com o cânone europeu dos estudos africanos. Por outro lado, o grupo da HGA acusava o grupo de Cambridge de “neocolonialidade”. De fato, no final da década de 1980, o projeto, em meio a uma crise financeira, foi concluído graças ao dinheiro do líder líbio Mohamad Gaddafi, que custeou a impressão do último e oitavo volume do HGA.¹³

Lançado em Ouidah (República do Benin) em 1994, o Projeto Rota do Escravo (RDE) mostrou as vantagens e desvantagens de uma rede quase universal sobre a escravidão e seus lugares de memória a serem preservados. De acordo com o site da UNESCO: “desde seu lançamento em 1994, o projeto Rota do Escravo da Unesco tem contribuído para produzir conhecimento inovador, desenvolver redes científicas de alto nível e apoiar iniciativas e memoriais sobre o tema da escravidão, sua abolição e a resistência que geraram”.¹⁴ No plano internacional, o projeto tencionava contribuir para quebrar o silêncio em torno da história da escravidão e inscrever na memória universal essa tragédia

13 Chloe Maurel, “L’histoire générale de l’Afrique de l’Unesco. Un projet de coopération intellectuelle transnationale d’esprit afrocentré (1964-1999)”, *Cahiers d’Etudes Africaines*, v. 3, n. 215 (2014), pp. 715-737, [↗](#); Larissa Schulte-Nordholt, “Africanising African History. Decolonisation of Knowledge in UNESCO’s *General History of Africa* (1964–1998)”, Tese (Doutorado em História), University of Leiden, Leiden, 2021, [↗](#).

14 Disponível em: [↗](#), acessado em 21 de janeiro de 2025; veja-se também: UNESCO, “Le projet La route de l’esclave de l’UNESCO”, *Revue Internationale des Sciences Sociales*, v. 2, n. 188 (2005), pp. 205-220, [↗](#).

que moldou o mundo moderno, desracializando e descolonizando o imaginário do mundo. Para isso, o Projeto Rota do Escravo estaria se mobilizando em três direções: desconstruindo os discursos baseados no conceito de raça que justificaram esses sistemas de exploração; promovendo as contribuições dos afrodescendentes para o progresso geral da humanidade; e questionando as desigualdades sociais, culturais e econômicas herdadas dessa tragédia.

O conceito de “rota” foi escolhido para ilustrar esse movimento de trocas entre povos, culturas e civilizações, e ajudar a transformar áreas geográficas afetadas pela escravidão em um terreno excepcional de diálogo intercultural. A ideia principal por trás disso era de que já houvesse menos relutância por parte dos países afetados diretamente pela escravidão em abrir esse trágico capítulo de sua história para inscrevê-lo nos calendários de comemorações e agendas políticas.¹⁵ As vantagens trazidas pelo projeto seriam evidentes: mais luz sobre processos muitas vezes esquecidos e mais empoderamento dos descendentes da escravidão. No entanto, como veremos mais adiante, há grandes questões trazidas pela efetivação do Projeto Rota do Escravo em alguns lugares, sobretudo do mundo Índico.

Do final da Segunda Guerra Mundial até os dias atuais, muitas coisas mudaram em relação à Unesco. Por um lado, a organização deixou de ser tão inovadora (basta olhar para o seu *Bulletin des Sciences Sociales*) e já não desempenha um papel central nas ciências sociais; por outro lado, opera em uma escala muito maior. De pioneira que já foi, a Unesco aos poucos vai se tornando convencional do ponto de vista da teoria social como, por exemplo, no estudo das relações raciais.¹⁶ Vale a pena assinalar que a trajetória dos projetos descritos anteriormente mostra que havia tensões culturais e conflitos de poder ao redor e dentro da questão negra, de forma

15 Comparativamente ao HGA, esse segundo grande projeto ainda não gerou reflexões densas. Uma exceção é Gaetano Ciarcia, “Restaurer le futur. Sur la Route de l’Esclave à Ouidah (Bénin)”, *Cahiers d’Etudes Africaines*, v. 4, n. 192 (2008), pp. 687-706, [E](#).

16 Os arquivos da Unesco em Paris são muito importantes, mas representam um desafio para o pesquisador por conterem uma quantidade enorme de documentos, muitas vezes repetidos e codificados em vários formatos.

que o esforço para dar ao continente africano mais destaque na história universal e para tornar o passado escravo mais visível criou um conjunto de possibilidades de intercâmbio e vínculos importantes.

A Unesco voltou-se para o tema do patrimônio com mais força a partir da década de 1990.¹⁷ Um dos principais motivos da priorização do patrimônio sobre outras bandeiras outrora valorizadas, é a percepção de parte da organização de que essa seria uma bandeira relativamente consensual e bem menos polêmica do que algumas das precedentes, como o antirracismo. Em 2003, a Unesco produziu a declaração sobre o patrimônio imaterial ou imaterial e, em 2005, sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais. Infelizmente, há uma grande distância entre o discurso e as normas de proteção do patrimônio desenvolvidos pela direção da Unesco e a realidade local onde estes são percebidos como abstratos ou alheios às convenções da comunidade.¹⁸ Essa distância acentua-se quando está em jogo a criação de espaços dedicados à memória dolorosa da escravidão, sobretudo quando há pouca ancoragem monumental (como, por exemplo, prédios, fortes, prisões, portos, monumentos) e pouca “diversidade cultural” – dança, música, artesanato, culinária, forma de vestir ou penteado, e outras “tradições” relativamente espetaculares que podem despertar a curiosidade dos potenciais visitantes. Para entender melhor o funcionamento dos lugares de memória associados à escravidão, consideraremos dois casos concretos, com diferentes graus de exposição ao turismo e aos fluxos da globalização das culturas associadas à diáspora africana.

Zanzibar e a Ilha de Moçambique

Ha lugares de memória em torno da escravidão que podem ser considerados bem-sucedidos, pelo menos em termos de visitação e produção de

17 UNESCO, *Gestión del patrimonio mundial natural: anual de referência* (2014), [↗](#), acesso em 22.07.2023.

18 Marco D'Eramo, “Unescocide”, *New Left Review*, n. 88, (2014), pp. 47-53, [↗](#).

uma economia local. A visitação e a economia também estão cada vez mais integradas nos documentos da Unesco por serem fatores supostamente notórios na sustentabilidade dos lugares de memória. Dentre esses lugares, destacam-se os fortes de Mina, em Gana, e a Ilha de Gorée, no Senegal, ambos inscritos na lista da Unesco em 1979, mas que já eram famosos e relativamente bem visitados desde a década de 1950. Uma comparação entre os dois lugares seria frutífera, porque eles se beneficiam de redes e públicos relativamente diferentes e são ambos importantes locais de peregrinação, como a Casa do Escravo, os fortes e outros lugares de cativeiro. Também seria necessário comparar a Ilha de Gorée e os fortes em Gana, que são muito visíveis, com outros sítios de memória menos visíveis e visitados, como Cacheu (Guiné Bissau), a Cidade Velha (Cabo Verde)¹⁹ e os portos de tráfico informais e “invisíveis” no Benin e Nigéria.²⁰ Ainda mais complexo é comparar o legado do tráfico de escravizados – e o gerenciamento do patrimônio material e intangível associados ao passado da escravidão – nos portos atlânticos como nos portos no Oceano Índico, em especial aqueles que tiveram um papel central tanto na criação de uma grande área cultural swahili, assim como na escravidão transoceânica africana, como Lamu, Mombasa, Zanzibar, Ilha de Moçambique e Inhambane.

Em geral, a escravidão no mundo do Oceano Índico diferencia-se daquela do Atlântico por uma série de fatores que aqui resumimos: começou mais cedo e durou mais tempo; os barcos propriamente negreiros não eram a norma em todas as fases do tráfico, sendo comum o transporte de escravizados juntamente com outras mercadorias; foi multidirecional e suas rotas mudaram no tempo; as mulheres eram mais numerosas do que os homens; havia uma maior variedade de ocupações para os escravizados (por exemplo,

19 Daniel Pereira, *A Importância histórica da Cidade Velha, Ilha de Santiago*, Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2004; Livio Sansone, “Culture on the move: Cape Verde between Africa and Latin America” in Ute Röschenthaler and Alessandro Jedlowski (eds.), *Mobility between Africa, Asia and Latin America: Economic Networks and Cultural Interaction* (London: Zed Books, 2017), pp. 298-313.

20 Elisee Soumonni, “Lacustrine Villages in South Benin as Refuges from the Slave Trade” in Sylviane Diouf (ed.), *Fighting the Slave Trade: West African Strategies* (Cambridge: Boydell & Brewer, 2017), pp. 3-14.

o escravo de ganho era mais comum); em cerca de um terço dos casos, os lugares de embarque dos escravizados eram relativamente próximos aos portos de desembarque (por exemplo, da costa continental até a ilha de Zanzibar ou do norte do mundo suaíli para a península da Arábia);²¹ o status do escravo muitas vezes se confundia com aquele do escravizado por dívida (*slave bondage*) ou do servo (que também podiam ser vendidos), e, por isso, o cativo não era somente associado à escravidão. Ademais, a fuga ocorria mais no formato de pequenos quilombos e era mais eventual do que permanente.²² Por fim, os capitais que possibilitavam a escravidão no mundo do Oceano Índico não eram, exclusivamente, europeus, mas também oriundos de várias regiões da Ásia. Por volta de 1850, algumas dessas características típicas da escravidão começaram a se perder, quando o Índico se transformou em um *English Lake*.²³ Mesmo assim, mais que no mundo atlântico, vários tipos ou sistemas de escravidão, cada um com seu gênero de coerção ou violência, povoaram o mundo do Oceano Índico.²⁴

Tanto no Atlântico como no Índico, os lugares de memória são potencialmente visíveis ou monumentais, mas a garantia de seu sucesso como lugar de memória da escravidão não é certa ou eterna. Ser monumental (por meio de fortes, castelos, cais de porto, portas de não retorno, centros históricos) e a posição geográfica (próximo ou distante dos países dos quais provém a maioria dos turistas) também são fatores muito importantes porque podem atrair visitantes e turistas. Porém, a monumentalização da escravidão coloca outros problemas para o cotidiano e a qualidade de vida da população local,

21 Paul Lovejoy, *A escravidão na África. Uma história de suas transformações*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 230-233.

22 Edward Alpers, “On Becoming a British Lake: Piracy, slaving and British imperialism in the Indian Ocean during the first half of the nineteenth century”, in Harms, Robert et al. (eds.), *Indian Ocean Slavery in the Age of Abolition* (New Haven: Yale University Press, 2013), pp. 45-60.

23 Gwyn Campbell, “Introduction”, in Gwyn Campbell (ed.), *The Structure of Slavery in Indian Africa and Asia*, (London: Frank Cass, 2004), pp. ix-xii; Gwyn Campbell, *Abolition and its Aftermath in Indian Ocean Africa and Asia*, London: Routledge, 2005; Harms & et al., *Indian Ocean Slavery*.

24 Edward Alpers, “The African Diaspora in the Indian Ocean: A Comparative Perspective”, in S. De Silva (ed.), *The African Diaspora in the Indian Ocean*, (Trenton: Africa World Press, 2003), pp. 40-71.

como constatamos especialmente em lugares como a Cidade Velha, na Ilha de Santiago, em Cabo Verde,²⁵ Gorée e a Ilha de Moçambique, ou, em maior escala, em Zanzibar. As tensões surgem especialmente quando a preservação e valorização de monumentos, tipologias de casas antigas e espaços urbanos associados ao tráfico de escravos afetam os interesses e usos comerciais da vida contemporânea. Essas tensões levantam questões sobre a salvaguarda da memória de aspectos que, pelo menos para uma parte da população, podem ou devem ser esquecidos ou apagados.

Ao compararmos a Ilha de Moçambique, cujo território foi declarado Patrimônio Mundial pela Unesco em 1991,²⁶ à Ilha de Zanzibar, cuja Stone Town foi declarada World Heritage Site pela Unesco em 2000, vemos critérios quase idênticos por parte da Unesco.²⁷ No caso da Ilha de Moçambique, a Unesco enfatiza que a cidade e as fortificações são um excelente exemplo de uma arquitetura na qual as tradições locais, as influências portuguesas e, em menor medida, as influências indianas e árabes, estão todas interligadas. O texto acrescenta que a Ilha de Moçambique é um testemunho importante do estabelecimento e desenvolvimento das rotas marítimas portuguesas entre a Europa Ocidental e o subcontinente indiano, e daí para toda a Ásia. Para o caso de Zanzibar, o argumento é de que a Cidade de Pedra é uma notável manifestação material de fusão e harmonização cultural e de que, durante muitos séculos, houve intensa atividade comercial marítima entre a Ásia e a África, como evidencia a excepcional arquitetura e estrutura urbana da Cidade de Pedra. Zanzibar, ademais, teria grande importância simbólica na supressão da escravatura, uma vez que foi um dos principais portos de comércio de escravos na África Oriental e também a base a partir da qual os seus oponentes, como David Livingstone, conduziram a sua campanha.

Na declaração da Ilha de Moçambique como patrimônio da humanidade houve uma grave omissão sobre a escravidão, tanto nos critérios como no corpo do texto. Essa omissão é, em parte, explicada pelo fato de a UNESCO

25 Sansone, “Culture on the move”.

26 Disponível em: [\[2\]](#).

27 Disponível em: [\[2\]](#).

declarar Zanzibar, após mais investigações, como patrimônio uma década mais tarde e também pelo interesse da Unesco na escravidão no Índico,²⁸ pois ambos os critérios se referem à manutenção da integridade e autenticidade do patrimônio edificado. Olhando mais de perto, porém, além das semelhanças, observam-se importantes diferenças. Nas duas ilhas, há uma Cidade de Pedra (associada aos europeus, indianos e árabes) oposta à uma Cidade de Adobe e Caniço (associada aos habitantes oriundos das aldeias africanas do litoral ou até do interior). Ambas as ilhas enfrentam o desafio de combinar o turismo como importante fonte de rendimento com a promoção do patrimônio como forma de desenvolvimento econômico sustentável.

Por um lado, as diferenças concernem à escala, muito maior em Zanzibar. Até a data da sua unificação com o “Tanganica” na criação da Tanzânia em 1962, Zanzibar foi até um país independente, a quantidade de riqueza e capitais presentes são enormes. Uma importante diferença é que na Ilha de Moçambique a Unesco e o governo, sobretudo as autoridades nacionais, insistem em preservar, do ponto de vista arquitetônico a cidade de *mucuti*, que é extremamente pobre, superpovoada e carece de saneamento básico. Em Zanzibar, embora tenha uma cidade de adobe, o foco da conservação é exclusivamente na Stone Town- a parte que atrai turistas.

Por outro lado, as diferenças devem-se à inserção nas redes turísticas. Zanzibar, uma grande ilha com variedade de paisagens (uma cidade em parte antiga, com florestas, muitas praias e ilhotas) e uma complexa infraestrutura com pequenos, médios e grandes hotéis e resorts, goza de um grandíssimo fluxo de turistas, favorecido, também, pela presença do aeroporto internacional Abdel Karume na ilha e da proximidade com Dar es Salaam (a duas horas de barco), onde há o grande aeroporto internacional Julius Nyerere. A Ilha de Moçambique fica a três horas de carro da cidade Nampula, onde há um aeroporto internacional, mas ainda não se beneficiou em nada do recém construído aeroporto de Nacala, que fica

28 Veja-se o espaço dedicado à escravidão no Oceano Índico nos volumes da série HGA. Na apresentação da versão em português dos oito volumes da série, há menção ao Atlântico, mas não ao Índico. Disponível em: [Z](#).

mais próximo. Na Ilha de Moçambique, muito densamente povoada em um espaço de dois quilômetros quadrados, há cerca de dez locais de hospedagem, entre pousadas e hotéis de médio porte, e oito restaurantes.²⁹ Durante nossas missões de pesquisa na Ilha de Moçambique, nunca registramos a presença de mais de cem turistas estrangeiros, sendo a grande maioria das visitas composta por turistas locais que nem passam uma noite nas pousadas disponíveis. Assim, a Ilha de Moçambique sofre como potencial destino turístico pelo fato de que Moçambique, e sobretudo a região Norte, ainda não conseguiu tornar-se um destino turístico internacional. Zanzibar, ademais, beneficia-se do fato da Tanzânia ser em si um grande destino turístico.

A “preservação” da Ilha de Moçambique deve-se, sobretudo, ao seu esquecimento, ao abandono e à sua posição geograficamente periférica, o que desincentivou a instalação de empreendimentos e construções modernos. Por outro lado, a “preservação” (de fato também uma poderosa gentrificação) da Stone Town de Zanzibar deve-se, principalmente, à sua centralidade nos fluxos turísticos na costa africana do Índico, onde é, sem rivais, o destino mais procurado. É, sobretudo, com os capitais gerados pelo turismo que boa parte da Stone Town tem sido preservada, o que a transforma em um grande centro turístico, alterando sua sociologia de forma radical.

Outra importante diferença entre as duas ilhas se dá no arcabouço, ou regime de memória, do que hoje se lembra, e, eventualmente, se tutela com relação aos patrimônios material e imaterial associados à escravidão: quais são os pontos de corte ou de inflexão, as datas importantes de que se lembram e daquelas que se esquecem e os momentos de grande virada. Em Zanzibar, a abolição do tráfico em 1873 e da escravidão em 1897, assim como a divisão da sociedade entre escravizados (geralmente oriundos do continente) e escravizadores (geralmente associados, de alguma forma, à elite e à corte do sultão de origem omanica), estão associados a uma clivagem antiga, embora hoje pouco visível. Na história recente de Zanzibar, em momentos de tensão,

29 Embora pequena em relação a Zanzibar, a Ilha de Moçambique é cerca de três vezes maior do que Gorée e tem uma população cinco vezes maior. O tamanho não diz tudo, pois a localização geográfica de Gorée perto de grandes centros, no caso Dakar, é determinante para garantir a visitação.

as memórias da escravidão alimentaram a explosão de violência “étnica” contra a população identificada como de origem omanica, persa, indiana ou considerada aliada aos interesses dessa elite, geralmente de pele mais clara. O evento mais dramático ocorreu depois da revolução socialista dos zanzibares em janeiro de 1964, que terminou 500 anos de sultanado. Entre 2000 e 4000 pessoas associadas a essa elite foram assassinadas nesses massacres.

A experiência socialista de Zanzibar, identificada como pioneira na África pela União Soviética, que apoiou fortemente, assim como o clima de incerteza e de violência que a ela se seguiu, terminou em abril de 1965. A narrativa mais importante dessa revolução era que se tratava de uma revolta dos descendentes de escravizados contra a antiga elite escravocrata. Após a explosão da violência contra essa elite, mas também todos aqueles que se opunham a revolução, Nyerere, presidente do “Tanganica”, convenceu Karume, presidente de Zanzibar, a proceder a união de Zanzibar e do Tanganica para criar a Tanzânia. Karume aceitou a vice-presidência da Tanzânia, mas foi assassinado em 1972 pelo filho de uma das pessoas que ele tinha mandado executar – não obstante, o filho de Karume dirigiu o governo local de Zanzibar até 2005.

Não é de surpreender que em Zanzibar a memória da escravidão e os lugares de memória a ela associados não sejam momentos ou espaços que gozem de algum tipo de inocência ou neutralidade. Os britânicos ocuparam a ilha em 1890, transformaram o sultão em mais um vassalo e a ilha em um protetorado, e, assim, utilizaram o discurso contra o tráfico de escravizados como argumento principal para justificar a colonização de Zanzibar. Eles construíram uma catedral anglicana no espaço onde se encontrava um dos principais mercados de escravizados. Há apenas dois lugares que mencionam explicitamente o impactante passado da escravidão na Ilha: um é a pequena exposição sobre a escravidão em Zanzibar no adro dessa grande Igreja – bem no centro de Stone Town. O outro lugar é um pequeno monumento de cerca de doze metros quadrados chamado de Memorial do Mercado dos Escravizados, localizado em um canto do

grande quintal em torno da catedral, feito pela artista sueca Clara Sornas em 1998 (figura 1).

Figura 1: Fotografia do Slave Market Memorial, criado pela artista sueca Clara Sornas em 1998, no quintal da catedral Anglicana, em Zanzibar



Fonte: Lynette Wilson/Episcopal News Service

Vale a pena salientar que esse memorial do mercado dos escravizados de Zanzibar, com cinco estátuas de seres humanos enterradas em pé até cerca a metade do corpo, é muito parecido com o monumento homônimo na Ilha de Moçambique que, por sua vez, é explicitamente inspirado em monumentos afins da Ilha da Reunião. O monumento na Ilha de Moçambique é uma doação do governo francês, assim como o Jardim da Memória de Zanzibar. Nesse sentido, há um modelo de memorial da escravidão que circula pelo Índico a partir da Ilha da Reunião, Departamento de Além-Mar francês, que, por sua vez, se inspira em monumentos parecidos erguidos nos Departamentos de Além-Mar Franceses no Caribe (Guiana Francesa, Guadalupe e Martinica). Contudo, a

imagem que Zanzibar tende a dar de si, nas suas representações para turistas, vai em uma direção bem diferente. Não há menção à escravidão em qualquer folder turístico, nem nas informações para visitantes distribuídas pelo governo de Zanzibar. Por outro lado, abundam as referências à mistura de raças, povos, culturas, saberes e especiarias que constituiriam o sinal distintivo da Ilha, assim como um dos seus principais atrativos turísticos. Uma prova disso são os principais souvenirs que se vendem nos mercados da Ilha de Zanzibar, que remetem à mistura e venda de especiarias que tornariam Zanzibar e o povo zanzibares tão únicos na África. A Figura 2 mostra uma fotografia que fizemos em uma loja de Zanzibar de uma cartela, que se encontra em quase todas as lojas de especiarias da ilha de Zanzibar, com pequenos saquinhos de plásticos contendo temperos, tais como canela, cominho, açafrão, curry, pimenta e gengibre.³⁰

Figura 2: Fotografia do Souvenir à venda no Mercado das Especiarias em Zanzibar



Fonte: acervo pessoal dos autores (2025)

30 Rosebelle Boswell, *Challenges to identifying and managing intangible cultural heritage in Mauritius, Zanzibar and Seychelles*, Dakar: Codesria, 2008.

A Ilha de Moçambique era visitada por pescadores e viajantes desde o século XIII. O povoamento maciço desta Ilha tem mais de 200 anos de existência, sendo a chamada cidade de pedra e cal, resultado do trabalho realizado por escravizados que eram transportados do interior de Moçambique e outras regiões do interior da África, particularmente da região que corresponde ao atual Malawi.

Figura 3: Mapa de Zanzibar



Fonte: Domínio público

Imagem 4: A Ilha de Moçambique dividida em duas zonas



Fonte: Portal do IPHAN

As marcas da escravatura não se restringem ao processo de construção de edifícios monumentais na cidade de pedra e cal, mas estão presentes na zona cinturão da Ilha de Moçambique, nomeadamente nos distritos de Mossuril e Monapo, onde ainda há vestígios desse fenômeno nas grandes plantações de sisal e algodão. Dentro da zona insular da Ilha de Moçambique, até os princípios do ano de 2000, notavam-se restos de

navios chamados negreiros que estavam espalhados ao largo do pequeno porto. Igualmente, as duas fortalezas e o Museu da Ilha de Moçambique são claros indicadores de que muitas pessoas foram sacrificadas ou obrigadas a abandonar suas terras para ceder espaço a outras pessoas detentoras de poder e dinheiro. A escravatura foi um fenômeno muito violento e que provocou uma desintegração da estrutura natural das comunidades nativas, mas todos os marcadores desse fenômeno a serem valorizados, em lugar de ser o resultado de pesquisa na cultura local, foram impostos pelas autoridades que os transformaram em patrimônio, formalmente, a partir do Livro Azul (relatório da Secretaria de Estado de Cultura).³¹ Este livro, publicado em 1986, faz referência ao papel saliente da Ilha de Moçambique enquanto entreposto comercial e centro de encontro de vários grupos sociais antes da penetração colonial, assim como durante a ocupação e expansão colonial no Norte de Moçambique.

Em 1991, na declaração da Ilha de Moçambique como patrimônio mundial da humanidade pela Unesco, vários fatores foram levados em consideração, nomeadamente: histórico-políticos (geopolítica, geoestratégia e economia), socioculturais (multiculturalismo, multilinguismo, diversidade religiosa) e arquitetônicos (morfologia da cidade, diversidade e unicidade arquitetônica). Esses aspectos são destacados no inventário do patrimônio cultural imaterial da Ilha de Moçambique realizado pelo ARPAC (Instituto de Investigação Sociocultural, Inventário do Patrimônio Cultural Imaterial de Moçambique). Antônio Arantes, antropólogo brasileiro e já presidente do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), escreveu o referido inventário e caracterizou a Ilha de Moçambique nos seguintes termos:

31 Governo da República de Moçambique – Secretaria de Estado de Cultura, “Relatório sobre reconstrução, restauro e conservação da Ilha de Moçambique (1982-1985)”, Maputo: 1985. O movimento de valorização da Ilha de Moçambique iniciou logo depois da independência, em 1975, com a formação da Associação dos Amigos da Ilha de Moçambique (AMoz) que organizava visitas à ilha a partir de Maputo. A AMoz teve, durante muito tempo, um escritório na própria ilha. Agradecemos a Valdemir Zamparoni por essa informação.

Emergindo a escassos 4 km da costa, no meio da ampla baía do Mossuril, a Ilha de Moçambique foi, durante séculos, um privilegiado ancoradouro e local de cruzamento de povos e culturas que resultou na formação dos nahara, um subgrupo etnolinguístico macua que, junto com as comunidades costeiras do litoral norte de Moçambique foram parte da importante civilização marcada pelo Islão, conhecida por suaíli no Quênia e na Tanzânia. Esta civilização tem origem na migração de populações falantes da língua bantu, dos reinos macua e dos mercadores yau que, já no século X, desenvolviam trocas comerciais com os árabes. Entre os séculos XVI e XIX, ela destacou-se como importante entreposto comercial nas rotas do ouro, marfim e escravos. Foi também uma escala obrigatória na expansão do império português em direção ao oriente, em busca de especiarias e porcelanas. Ainda sob a administração portuguesa, ergueu-se como a primeira capital do país, mantendo esse estatuto até 1898, altura em que esta sede se transferiu para Lourenço Marques, atual Maputo.³²

Com relação à escravidão na região norte de Moçambique, há relatos e evidências de ter havido a prática da escravatura muito antes da chegada dos portugueses e da sucessiva e gradual penetração colonial em Moçambique, no período 1498-1975. Nessa época, comerciantes usavam crianças, jovens e adultos nas comunidades como produtos ou objetos de troca. Os beneficiários do tráfico interno eram os chefes locais e os professores das madraças ou escolas islâmicas, que usavam os escravizados ou os meninos cedidos pelos pais para a realização de trabalho forçado. A escravatura praticada entre os africanos antes da introdução do modelo europeu é conhecida por doméstica e parece ter sido modesta em comparação à desagregadora praticada pelo regime colonial, pois esta última era resultado de acordos entre as lideranças familiares e guerras. Como refere José Capela:

O que é frequentemente chamado de escravatura doméstica, isto é, os cativos feitos tais, por captura, entrega pessoal, herança clânica, etc., se achavam em estado de servidão, mais do que apropriados eram integrados em famílias ou grupos sociais ao abrigo de um estatuto

32 Antônio Arantes, *Património Cultural Intangível Makhuwa Nahara da Ilha de Moçambique*, Maputo: Instituto de Investigação Sociocultural Inventário do Património Cultural Imaterial de Moçambique, 2010, p. 30. Veja-se também o grande conjunto de fotos, imagens e mapa sobre a Ilha disponível no chrome-extension: , acessado em 16 de maio de 2025.

que lhes permitia o acesso à plenitude das regalias sociais do novo clã onde casavam, etc..³³

Os relatos de Capela demonstram que o conceito de escravo é associado ao patrimônio na perspectiva de que se pode ter a partir das trocas comerciais, cedência ou herança como propriedade de família. Na ótica do autor, o escravo interno, para além de servir como instrumento de trabalho das famílias detentoras, tinha possibilidades de ser integrado, sendo que seus descendentes ficavam livres da escravidão. Para Capela, Na África, o escravizado: “era um elemento entrado em clã estranho, a grande família, vindo de fora, alheio, portanto, aos laços de parentesco sobre que repousava o fundamento da comunidade. Não beneficiava dos direitos inerentes ao componente do clã, mas também não era, simplesmente, nem principalmente, um instrumento de trabalho, como tal apropriado pelo mesmo clã.”³⁴

A esta primeira fase da escravização, segue-se, aos poucos, uma segunda fase associada ao tráfico transoceânico, mais marcada pela mercantilização da pessoa humana para além da privação dos mais elementares direitos. Nessa fase, os proprietários equiparavam o escravizado a uma máquina, cuja finalidade era a realização de trabalhos dos senhores. A partir desse entendimento, o escravizado era considerado um patrimônio material com valor comercial. Considerando-se que o ciclo e as condições de vida dos escravizados eram diminutas, senão precárias, os mercadores continuavam a devastar comunidades inteiras no interior da África para continuar a alimentar os estoques dos senhores de escravizados.³⁵

Uma terceira fase, que cresceu depois do término efetivo do tráfico transatlântico de escravizados, por volta de 1850, foi o tráfico desses indivíduos rumo a várias regiões da Ásia³⁶ e, logo a seguir, o trabalho forçado nas plantações ao longo da costa leste da África e o trabalho sob contrato

33 Margarida Seixas, “Os conceitos de escravidão na obra de José Capela: uma leitura jurídica”, *Africana Studia*, n. 27, (2016), pp. 39-50.

34 Seixas, “Os conceitos de escravidão”, p. 42.

35 Benigna Zimba, “A escravatura não desaparece com tratados”, *Jornal o Público de Moçambique* (2016), [2](#).

36 Malyn Newitt, *A Short History of Mozambique*, London: Hurst, 2017, pp. 52-55.

(*indentured labour*) nas ilhas de São Tome e Príncipe, ambas atividades que envolviam a administração colonial. Aliás, revoltas populares registradas durante o processo da expansão do colonialismo no norte de Moçambique, na segunda metade do século XIX, objetivavam inviabilizar o tráfico de escravos que eram transportados desde o interior para o litoral, onde, depois, eram comercializados e transportados em navios negreiros. Os rebeldes, de origem Macua, mas chamados de Namarrais pelo poder colonial, repeliram-se contra a ocupação para impedir as imposições coloniais, como analisou Luísa Martins:

Três situações impostas pela administração portuguesa: o imposto de palhota; o trabalho forçado; a alteração das formas de mercado com a instalação de lojas em locais do interior e consequente redução da frequência das rotas caravaneiras que se desenvolviam desde o interior em direção ao litoral, com consequências no constrangimento do comércio interno de escravos, de armas e de pólvora.³⁷

O colonialismo português enfrentou duas épocas de resistência na região norte de Moçambique, sendo que a primeira durou até 1842 e foi caracterizada pela proibição do tráfico de escravos; a segunda, deu-se entre 1866 a 1890, sendo motivada pela cobrança do imposto de palhota (a moradia) e o trabalho forçado nas plantações.³⁸ Nós entrevistamos pessoas na Ilha de Moçambique sobre a memória da escravidão. Ficou evidente na fala das pessoas que a memória da população atual da Ilha de Moçambique acerca da escravidão, do trabalho sob contrato em São Tomé e do trabalho forçado nas plantações em Moçambique tendem a ser vistos como um momento só, que corresponde ao cativeiro. É essa percepção da escravidão como privação da liberdade, em que o escravizado ou o trabalhador forçado tende a ser visto como um objeto e instrumento de trabalho, que aparece com mais força nas nossas entrevistas sobre as experiências e percepções de

37 Luísa Fernanda Guerreiro Martins, “Os Namarrais do antigo distrito de Moçambique (1865-1913)”, *Atas do congresso internacional saber tropical em Moçambique: história, memória e ciência*, Lisboa, 24-26 out. de 2012.

38 Regiane Augusto Mattos, *As Dimensões da Resistência em Angoche: Da expansão Política do Sultanato à política colonialista portuguesa no norte de Moçambique (1842-1910)*, Rio de Janeiro: Editora Alameda, 2018.

jovens e adultos na Ilha de Moçambique. Uma das mais lembradas marcas da escravatura foi o uso intensivo da pessoa humana como máquina, sobretudo na construção dos edifícios que compõem a cidade de pedra e cal. Por isso, em outro estudo recente sobre a temática, com base em depoimentos de pessoas que vivenciaram a fase final do colonialismo em Moçambique, os autores concluem que, na opinião da maioria dos moradores da ilha, a cidade de pedra e cal foi construída sobre escombros da escravatura.³⁹

O problema da conservação do patrimônio da Ilha de Moçambique deve-se, por um lado, ao fato de que precisam ser respeitados os princípios internacionais concebidos pelas cartas da Unesco sobre a conservação e, por outro lado, existe na população acima de cinquenta anos um forte sentimento de injustiça quanto às relações sociais que caracterizaram a época de edificação de alguns monumentos componentes do atual patrimônio mais saliente da Ilha de Moçambique e territórios circunvizinhos, como o caso de Mossuril e Monapo. De fato, a temática da escravatura na Ilha de Moçambique e nos distritos próximos simboliza as barbáries e devastação do tecido social ao longo de vários séculos, mas esse não é assunto de trato corrente, sobretudo entre as camadas mais jovens. Existe o risco do esquecimento das transformações e violência a que os ancestrais foram sujeitos. Esse risco é mesmo típico do chamado patrimônio cultural intangível, pois:

Desde o seu inventário coloca ao investigador um duplo desafio de natureza teórico-metodológica. De um lado, é essencial evitar, nesses levantamentos, os efeitos de congelamento e reificação das realidades focalizadas, uma vez que elas não são apenas intangíveis, mas, sobretudo, dinâmicas, processuais e históricas. De outro, não se pode perder de vista a natureza sistêmica e multifacetada (para não dizer total ou integrada) da realidade social.⁴⁰

Para aferir o grau de conhecimento sobre a escravidão, assim como o futuro da memória da escravidão na Ilha de Moçambique, realizamos

39 Innocent Abubakar, Izequiel Pilale, Wilson Nicaquela, Mauricio Regulo et Claudio Zunguene, “L’Ile de Mozambique et la construction d’un patrimoine humain sur les vestiges de l’esclavage”, *Revue de l’Afrique*, 2022, [↗](#)

40 Arantes, *Patrimônio Cultural Intangível*, p. 33.

um estudo do tipo qualitativo, cuja coleta de dados se deu mediante entrevista por questionário. O estudo contou com a participação de pessoas de várias gerações, entre nativos, residentes, visitantes dos distritos da Ilha de Moçambique, Monapo e Mossuril, totalizando 457 entrevistados. A tabela 1 mostra os dados estatísticos com o perfil dos participantes.

Tabela 1: Dados Estatísticos

Participantes da pesquisa		
Gênero	Número	Porcentagem
Masculino	321	72%
Feminino	126	28%
Atividade de rendimento		
Pesca	48	11%
Agricultura	27	6%
Funcionário (a) Público (a)	98	22%
Comércio	126	28%
Outra atividade	148	33%
Morada		
Cidade de pedra e cal	41	13%
Cidade de Macuti	140	46%
Monapo	4	2%
Mossuril	113	37%
Outro	5	2%
Religião		
Islão	343	77%
Cristão	94	21%
Religião Africana	4	1%
Outra	3	1%
Nível de escolaridade		
Primário	86	19%
Secundário	282	64%
Superior	75	17%

A escolha para a participação no estudo deu-se por conveniência, mediante aceitação prévia. Os resultados desse estudo foram agrupados e analisados a partir de quatro categorias, nomeadamente: os conhecimentos dos ilhéus e ou visitantes sobre a escravatura, as lembranças e sentimentos que emergem em torno do fenómeno de escravatura, as marcas que lembram a ocorrência da escravatura na Ilha de Moçambique, e o futuro da memória da escravatura na Ilha de Moçambique, dados organizados na Tabela 2 a seguir:

Tabela 2: Resultado quantitativo das entrevistas

Questão	Resposta	Porcentagem
Já ouviu falar da escravatura?	Sim	93%
	Não	6%
	Nunca ouvi/não me recordo	1%
Onde ouviu falar da escravatura?	Na escola	65%
	Na família	19%
	Amigo	6%
	Radio/TV	3%
	Jornal/livro	3%
	Outros	5%
Quais são as lembranças que emergem quando se fala da escravatura?	Fica triste	78%
	Fica zangado/a	9%
	Fica indiferente	13%
Conhece algum vestígio ou marca de escravatura que ainda existe na Ilha de Moçambique ou nesta zona?	Sim	90%
	Não	10%

Questão	Resposta	Porcentagem
O que achou de estas marcas terem sido consideradas patrimônio?	Bem	82%
	Mal	7%
	Não mudou nada/ Não interessa	11%
Sabe como eram tratadas estas marcas de escravidão antes de a Ilha ser declarada patrimônio?	Sim	60%
	Não	40%
Se sim, como eram tratadas?	Bem	42%
	Mal	38%
	Não mudou nada	20%
Acha que na escola deveria se falar de escravidão?	Sim	95%
	Não	5%
Conheceu ou ouviu falar de alguém que foi vendido como escravo?	Sim	39%
	Não	61%
Como conheceu a pessoa que foi vendida?	Ouviu dizer	50%
	Viu	9%
	Leu num documento/livro	7%
	Outra forma	34%
A tal pessoa tem alguma relação de parentesco consigo?	Sim	74%
	Não	26%
Você se sente ligado à escravidão?	Sim	64%
	Não	36%
O que sentes quando vês descendentes de escravos na América, Ásia, Europa?	Nada	17%
	Irmãos	83%
Sabia que a Ilha foi bastante importante no comércio de escravos?	Sim	91%
	Não	9%

Questão	Resposta	Porcentagem
O que acha que deveria ser feito na atualidade em relação ao fenômeno da escravidão?	Nada	12%
	Devia haver indenização	35%
	Deve-se esquecer	12%
	Deve-se ensinar	39%
	Outras ações	2%

Por meio de entrevistas em língua Macua, frequentemente intercaladas por expressões e termos em português, a pesquisa debruçou-se sobre o conhecimento sobre a escravidão. Os participantes do estudo foram questionados de forma introdutória se, em algum momento, ouviram falar da escravidão. Assim, embora o tema de escravidão aparente ser de conhecimento comum entre os moçambicanos, alguns entrevistados afirmaram nunca ter ouvido falar da escravidão e outros referiram que não se lembravam do assunto. Entretanto, dos que responderam ter ouvido falar da escravidão neste estudo, a escola e a família constituíram as principais fontes dessa informação e ou conhecimento. Os meios de comunicação social (jornais, rádio, televisão) são pouco referenciados como fonte de informação sobre o fenômeno da escravidão em Moçambique, na África e no mundo. Ainda sobre conhecimentos do fenômeno da escravidão, os entrevistados foram questionados acerca das marcas da escravidão na Ilha de Moçambique e arredores, o que aconteceu e o que isso significa para eles. Longe de ser espaços ou artefatos “neutrais” de inconteste e universal valor histórico, como tendem a dizer os documentos redigidos pela Unesco e o governos de Moçambique, para justificar a promoção da Ilha a Patrimônio da Humanidade, os monumentos são objetos de leituras e interpretações divergentes se não antagônicas. Por um lado, esses objetos materiais constituem referentes fundamentais para lembrar-se da escravidão. O perdurar da memória no tempo e o ato de relembrar parece que se tornam mais simples quando há (grandes) objetos aos quais associar os

episódios lembrados; e' como se na Ilha, como em tantos outros lugares onde fortalezas e castelos são parte integrante da produção de histórias e da história,⁴¹ houvesse uma intrínseca materialidade do processo mnemônico, com as lembranças se coagulando em torno de alguns objetos, frequentemente contestados e polêmicos, como as duas fortalezas e as estatuas de Vasco da Gama e Camões na Cidade de Pedra. Por outro lado, se para todos ou quase estes objetos são importantes, para uma maioria da população se trata de ícones perenes da opressão e da própria subalternidade – algo que até inspira formas de iconoclastia, o desejo de se desfazer ou dessacralizar estes mesmos monumentos (por exemplo, depredando-os ou sujando-os). Entre os vários os grupos sociais na Ilha se produz assim, ao longo do tempo e cadenciado pelas diversas fases da história da Ilha, uma silenciosa “guerra dos monumentos”.⁴²

Para os entrevistados a fortaleza era um de ponto de convergência de escravos (Entrevista 23) que foi construída usando a força humana e onde armazenavam os escravos oriundos de longe (Entrevista 45)

Para alguns a fortaleza é lembrança dos próprios ancestrais, de como estes sofreram (Entrevista 117), Quase todos narram que a fortaleza foi construída tirando a pedra e outro material de construção dos bairros pobres de Littine e Esteu, e que nisso houve muitas mortes, e, pelos vestígios, percebe-se a escravização, o sofrimento, o esforço físico, o trabalho forçado e a separação de muitos da sua família.

Em relação aos campos de sisal e algodão na costa próxima da Ilha reza a história de que eram levadas para lá pessoas de alguns pontos do país, como Niassa, para trabalharem nestas plantações como escravos, retirados de suas terras por meio da promessa iriam trabalhar por um salário nas plantações de cacau em São Tomé e Príncipe. Por fim, narram

41 Michel Trouillot, *Silencing the Past. Power and the Production of History*, Boston: Beacon Press, 1995.

42 Essa é uma expressão que retomamos do excelente livro de Carola Lentz e David Lowe, *Remembering Independence* (London: Routledge, 2018, pp. 117-156) que trata da “guerra” em torno das várias estátuas e mausoléus dedicados em diferentes épocas a Nkrumah em Accra

os entrevistados, não deve surpreender que hoje nem todo o mundo na Ilha recebe o turista ou, mais em geral, a gente de fora como turista, já que muitos, sobretudo os mais velhos, estão com a mentalidade antiga e acreditam que estas “pessoas de fora” vieram mais uma vez escravizar. Nosso objetivo foi também determinar o estado de espírito dos entrevistados quando ouvem falar ou recordam do tema da escravatura. Assim, emergiram dois grupos de respostas sobre esse aspecto: os que se *sentem revoltados* e os que *ficam na indiferença*. As pessoas mais velhas e/ou com alto nível de escolaridade tendem a manifestar indignação em relação ao fenômeno da escravatura, sobretudo com suas consequências. Já as pessoas menos escolarizadas e mais novas tendem a desvalorizar esse fenômeno, pois acham que lembrar dele em nada muda suas vidas por se tratar de um assunto do passado. Portanto, à medida que as gerações que viveram ou tiveram contato com as pessoas testemunhas oculares do fenômeno da escravatura, trabalho a contrato ou trabalho forçado desaparecem, igualmente há uma tendência de distanciamento e desinteresse sobre o assunto. Ainda sobre as lembranças do fenômeno da escravatura, os entrevistados foram questionados sobre quais são as marcas associadas à prática da escravatura na atualidade. As respostas foram as seguintes: a rampa dos escravos no povoado de Mossuril, a fortaleza de São Sebastião, a fortaleza de São Lourenço (figura 11), o Museu da Ilha de Moçambique, a ponte que liga a Ilha ao continente, o Jardim da Memória, o tanque do bairro de Marangonha, o bairro de Lithine, a casa dos escravos ao pé da galeria vila Sandes, os edifícios da zona de pedra e cal, as grandes plantações de sisal e algodão (figura 5) e a cadeia subterrânea no povoado continental de Itoculo (figuras 8 e 9). Embora tenham integrado o leque de monumentos que determinaram a declaração da Ilha de Moçambique como Patrimônio Mundial da humanidade, as estátuas de Luís de Camões e de Vasco da Gama (figuras 6 e 7), o edifício do Museu da Ilha de Moçambique, a Fortaleza de São Sebastião (figura 10), e a Rampa dos Escravos em Mossuril, estão associados, nos relatos dos entrevistados, à subjugação e humilhação, tortura, exploração e até morte.

Figura 5: Campo de produção de Sisal no Distrito de Monapo, na região da costa próxima a Ilha de Moçambique



Fonte: Acervo pessoal dos autores (2025)

Figuras 6 e 7: Estátuas de Vasco da Gama e Luís Camões na praça principal da Ilha de Moçambique.



Fonte: acervo pessoal dos autores (2025)

Figuras 8 e 9: Fotos ilustrativas da chamada cadeia subterrânea de Itoculo, na região da costa próxima a Ilha de Moçambique



Fonte: Acervo pessoal dos autores (2025)

Figura 10: Fotografia da Fortaleza de São Sebastiao – Ilha de Moçambique.



Fonte: Acervo pessoal dos autores (2025)

Figura 11: Fotografia da Fortaleza de São Lourenço – Ilha de Moçambique.



Fonte: Acervo pessoal dos autores (2025)

Nas entrevistas tentamos aferir as aspirações dos entrevistados sobre a preservação da memória da escravidão a médio e longo prazo na Ilha enquanto um dos maiores entrepostos do tráfico de escravos na costa Oriental de África. Mais uma vez, entre as pessoas mais velhas e escolarizadas, o sentimento sobre o assunto é de muita revolta, ao passo que no seio dos mais novos predomina a indiferença. Assim, os mais velhos ou aqueles com níveis elevados de escolaridade (secundário geral e superior) acham que o fenómeno da escravidão deve ser evidenciado e ensinado sistematicamente nas escolas de todos os subsistemas de educação, que é preciso indenizar as comunidades assoladas por esse fenómeno, e que é muito importante sua memorização. Entretanto, a camada jovem que teve menos contato com informações consistentes sobre o fenómeno da escravidão mostrou-se, em boa parte, indiferente durante as entrevistas. Entre eles, houve até quem dissesse que não se precisa fazer nada porque trata-se de um assunto ultrapassado, que nada vai mudar. Considerando as respostas dos mais novos, infere-se que a escravidão em Moçambique corre o risco de ser relegada à insignificância, embora seja um fenómeno que

causou enormes desintegrações do tecido social e deixou danos difíceis de reparar, sobretudo no norte do país. Essa realidade contrasta com o protagonismo registrado no passado, nesta região do país, na resistência contra a ocupação efetiva, em que movimentos de resistência persistiram até finais do século XIX, sobretudo liderados pelos chefes tradicionais e os sultões de Angoche, Sangagi, Sanculo e Quitagonha.⁴³

Em suma, o estudo mostra que uma parte significativa dos entrevistados dispõe de conhecimento sobre o fenômeno da escravidão, sobretudo onde os escravizados eram traficados, o tipo de trabalho a que eram sujeitados, os centros de concentração, como eram transportados e as consequências que resultaram desse negócio. Esse conhecimento foi assimilado em dois principais espaços, nomeadamente a família e a escola. Portanto, o fenômeno da escravidão é pouco referenciado em meios de comunicação social públicos ou privados. Nesse sentido, torna-se imperiosa a inclusão dos conteúdos que retratam a violência da escravização e a utilização de seres humanos como instrumentos de trabalho nos meios de comunicação social, enquanto parte da responsabilidade social das empresas ou os proprietários destes órgãos, o que pode ajudar na melhoria do conhecimento independentemente do nível de escolaridade. No que se refere às marcas deixadas pelo fenômeno de escravidão, há um sentimento de desconforto e desconfiança latente, sobretudo entre as pessoas mais instruídas e mais velhas, com relação aos visitantes estrangeiros da Ilha de Moçambique já que, por serem, em parte, brancos, estão facilmente associados aos países que promoveram e desenvolveram o tráfico de escravizados – isso indica que há mais dificuldade entre os informantes em reconhecer que, também, pessoas africanas se envolviam ou financiavam este tráfico. O tratamento dado pelas autoridades locais aos vestígios da escravidão carece de uma abordagem que permita a manutenção dos monumentos que

43 Regiane Augusto de Mattos, *As Dimensões da Resistência em Angoche: Da expansão Política do Sultanato à política colonialista portuguesa no norte de Moçambique*, Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, 22.

ilustram a presença colonial como parte da história de Moçambique, mas que seja acompanhado por uma ilustração do lado horripilante do colonialismo e da escravidão e de seus defensores, pois a relação entre as figuras representadas pelas estátuas e a população nativa não foi de paz ou concórdia. Por falta de conhecimentos sólidos sobre a escravatura, embora continue muito presente na memória coletiva das comunidades da Ilha de Moçambique, essa corre o risco de ser considerado um fenômeno que resultou da vontade das pessoas escravizadas, da falta de escolaridade, da corrupção dos africanos, ou devido ao subdesenvolvimento do continente africano. A secundarização do fenômeno da escravatura no seio das famílias e a inconsistência e insignificância dos conteúdos de aprendizagem que abordam a temática nas instituições de ensino contribuem bastante para o esquecimento coletivo deste fenômeno.⁴⁴ Para estancar esse processo, seriam necessárias a reestruturação dos conteúdos de aprendizagem, sua adaptação aos vários subsistemas de ensino, assim como a inclusão nas grades de programação dos órgãos de comunicação social.

44 Em entrevista telefônica com Livio Sansone, em data 15 de novembro de 2024, Antônio Arantes salientou quão difícil foi falar da escravidão nas longas entrevistas por ele realizadas na Ilha com as lideranças comunitárias na ocasião da pesquisa que resultou no relatório para a Unesco. Quando o tema surgia, era pelo esforço do entrevistador em levantá-lo.

Figura 12: Painel ilustrativo do Jardim da Memória, Ilha de Moçambique

O JARDIM DA ILHA DE MOÇAMBIQUE

LE JARDIN DE L'ÎLE DU MOZAMBIQUE

MOZAMBIQUE
ISLAND
GARDEN





O espaço do Jardim de Memória foi criado no quadro do projecto internacional designado « Ruta da escravatura », iniciado pela UNESCO.

O Jardim de Memória foi produzido pelo Ministério da Cultura de Moçambique e pela Associação Histoun da Ilha de Reunião, numa parceria institucional. Este local histórico foi inaugurado no dia 23 de Agosto de 2007 pela V. Excia Aires Ali.

Uma segunda fase impulsinada pelo Ministério da Cultura de Moçambique está em curso neste momento. O Jardim está implantado sob responsabilidade do Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique.

L'espace du Jardin de la Mémoire a été créé dans le cadre du projet international de la « Route de l'Esclavage », initié par l'UNESCO.

Le Jardin a été produit par le Ministère de la Culture du Mozambique et, à La Réunion, l'Association Histoun et un partenariat institutionnel. Le lieu a été inauguré le 23 août 2007 par son excellence Aires Ali.

Une deuxième phase impulsée par le Ministère de la Culture du Mozambique est en cours. Le Jardin est placé sous la responsabilité du Cabinet de Conservation de l'Île du Mozambique.

Este documento é editado pela ocasião da apresentação do Projecto JARDIM No Museu Nacional de Arte em Moçambique e no Centro Cultural Franco-moçambicano. Com o apoio da **Direcção dos Assuntos Culturais do Oceano Índico - Região Reunião** - o **Ministério da Cultura de Moçambique** - o **Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique** - « Village Titan Centre Cultural ».

Ce document est édité à l'occasion de la présentation du projet « JARDIM » au Musée National d'Art du Mozambique et au Centre Culturel Franco-Mozambicain, avec le soutien de **La Direction des Affaires culturelles de l'Océan Indien - La Région Réunion** - **Le Ministère de la Culture du Mozambique** - **Le Cabinet de Conservation de l'Île du Mozambique** - **Village Titan Centre Cultural**.



The Garden of Memory was set up as part of the UNESCO-sponsored "Path to Slavery" international project. The Garden was produced by Mozambique's Ministry for Culture and, in Réunion Island, by the Histoun Association in partnership with local authorities. The place was inaugurated on 23 August 2007 by His Excellency Aires Ali.

The second phase of the project is currently sponsored by Mozambique's Ministry for Culture. The Garden is under the responsibility of the Mozambique Island Preservation Office.

This document is published as part of the JARDIM Project presentation at the Mozambique National Museum of Art and the French-Mozambican Cultural Centre. With support from the Directorate of Cultural Affairs - Indian Ocean, the Réunion Regional Council, Mozambique's Ministry for Culture, the Mozambique Island Preservation Office, and Village Titan Culture Centre.

Fonte: Acervo pessoal dos autores (2025)

Figura 13: A porta do não-retorno, parte do Jardim da Memória, Ilha de Moçambique



Fonte: Acervo pessoal dos autores (2025)

Figura 14: Estatuetas erguidas no centro do Jardim da Memória– Ilha de Moçambique



Fonte: Acervo pessoal dos autores (2025)

Turismo, cultura e desenvolvimento local

Nas duas ilhas, predominantemente islâmicas, as lideranças islâmicas locais não têm priorizado de forma alguma a preservação da memória da escravidão. Provavelmente, tal memória é identificada como um tema potencialmente divisório que pode apontar por responsabilidades e culpas de alguma forma associadas a pessoas africanas e, em sua maioria, de fé islâmica, inclusive parte de alguns de seus ancestrais. As fontes de financiamento das atividades de preservação da memória da escravidão são fundações ou organismos internacionais, por vezes em associação com o governo nacional. Isso contribui para fazer com que a população local perceba essas iniciativas como externas, estrangeiras ou indiferentes às exigências da comunidade – como algo que “vem de fora”. Outro ponto em comum nas duas ilhas é o desafio de criar lugares de memória para lembrar da escravidão que considerem a complexidade da escravidão no contexto do Índico e que não sejam réplicas de lugares de memórias produtos da experiência do tráfico

transatlântico. O Memorial da Escravidão de Zanzibar e o Jardim da Memória da Ilha de Moçambique foram planejados e erguidos de uma perspectiva exógena, isto é, sem a consulta prévia às comunidades residentes as proximidades desses memoriais (Figuras 12, 13 e 14). Os planejadores desses memoriais não compreendem esta complexidade e nem apelam aos sentimentos e tensões locais no que diz respeito ao legado da escravidão. Essa é uma das principais críticas que o mais reputado historiador de Zanzibar, Abdul Sheriff, fez às exposições montadas na catedral anglicana da Ilha.⁴⁵ Essas criações externas provocam fissuras na comunidade. Em ambas as ilhas, existe uma tensão entre a identidade local, fortemente centrada nas práticas comunitárias do Islã, e as expressões culturais e identitárias, mais seculares ou muito menos influenciadas pelo Islã, trazidos pelo grande e crescente número de imigrantes oriundos do continente, de onde outrora vinham os escravizados.⁴⁶ Ironicamente, a grande maioria do artesanato à venda em Zanzibar e na ilha de Moçambique para os turistas é do continente. Mas existe entre os vendedores – geralmente também oriundos do continente – um constante esforço de reinvenção da autenticidade local para transformar o artesanato à venda em algo “diferente” e único na ilha.

Como em muitos outros países do Sul Global, também nessas duas ilhas há pelo menos três décadas, o turismo e a cultura são apresentados pelas agências governamentais e de turismo como uma dupla com forte potencial para ajudar o desenvolvimento local, em conjugação com práticas culturais consideradas como tradicionais por essas agências.⁴⁷ Vários autores já questionaram que a dupla turismo e cultura possa produzir, por si só, efeitos positivos a nível local, tanto econômica como socioculturalmente,

45 Entrevista concedida a Livio Sansone em Dar es Salaam, no dia 22 de setembro de 2022.

46 Em Zanzibar, a proeminência da cidade como local turístico atraiu adicionalmente uma série de migrantes do continente que procuram oportunidades de trabalho no setor do turismo e do patrimônio, alguns dos quais, especialmente os homens Massai com roupas tradicionais, são bastante visíveis. Entre os imigrantes do continente, há uma crescente comunidade cristã pentecostal, que vive em estado de relativa tensão com a grande maioria da população que é muçulmana.

47 Dois exemplos marcantes nesse sentido seriam a dança e a música awari em Zanzibar e tufo na Ilha de Moçambique.

nem acreditam que o turismo ou a promoção do patrimônio, particularmente quando associado à escravidão, sejam em si um fator de desenvolvimento e de aumento de rendimentos.⁴⁸ Em realidade, isso envolve mais gastos e investimentos de parte da pobre administração local do que benefícios imediatos para a população local que é de baixíssima renda.⁴⁹

De fato, a relação entre turismo e lugares de memória é complexa. Por um lado, a vinda maciça de turistas pode inclusive levar à gentrificação, como na Stone Town, contribuindo para a expulsão de muitos moradores para a parte pobre da cidade do outro lado do canal, como se fala em Zanzibar. Por outro lado, quando a renda oriunda do turismo não é suficiente, a questão que surge é como pensar na sustentabilidade de lugares de memória que não se conectam nos grandes circuitos turísticos, alguns deles de grande porte e de difícil manutenção, como a majestosa fortaleza de S. Sebastião na Ilha de Moçambique.

Para além do turismo para estrangeiros, sobretudo na sua versão “cinco estrelas”, é possível pensar no desenvolvimento de turismo local? É preciso constatar porque é tão difícil pensar em um projeto de educação patrimonial local ou regional, por exemplo, associado à educação escolar e a projetos que induzam a visita do público local, quando isso não consta nas prioridades das elites políticas e econômicas locais.

Infelizmente, nos projetos na catedral anglicana e no Jardim de Memória, de fato há pouco esforço na direção da educação patrimonial, especialmente na escola, cujo objetivo seria educar o público, em particular aquele nacional, e estimular o “consumo” do patrimônio local. Essa educação

48 Rosebelle Boswell, “Scents of identity: Fragrance as heritage in Zanzibar”, *Journal of Contemporary African Studies*, v. 26, n. 3 (2008), pp. 295-311, ; Maximilian Chami, “Impact of Cultural Heritage Site Attributes to the Tourist Satisfaction in Zanzibar Stone Town, UNESCO World Heritage Site, Tanzania”, *African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure*, v. 7, n. 3 (2018), pp.1-13; Johan Sjöstrand, “Cultivating authenticity: Perceptions of Zanzibari culture and history within the heritage management of Stone Town”, Stockholm: Papers from the Dep. of Human Geography, University of Stockholm, 2014.

49 Elisa Magnani, “Culture et tourisme? Limites et potentialités d’un développement touristique durable à Gorée, Sénégal et à Ilha de Moçambique, Mozambique”, *Via. Tourism Review*, v. 4, n. 5 (2014), pp. 1-21, .

patrimonial precisaria ser ensinada de forma dinâmica, sobretudo para as jovens gerações, talvez por meios diferentes daqueles normalmente utilizados pelos museus convencionais. Tratar-se-ia de aproveitar das redes sociais e de um conjunto de aplicativos baratos e de fácil acesso, como por exemplo, a geolocalização, QR codes, páginas do Facebook, galerias de imagens do Instagram, canal do Youtube, arquivos digitais e interativos, tours digitais. A era digital não oferece apenas novos desafios, mas também novas possibilidades.

Nas duas ilhas, a escravidão está associada tanto a passados não tão distantes como a privilégios de certos grupos escravizadores, a lembranças do cativo, do trabalho forçado ou da violência (de cunho sobretudo “étnico” em Zanzibar e “político”, associada às guerras colonial e logo civil que assolaram Moçambique durante décadas, de 1963 até os anos noventa). Nas entrevistas na Ilha de Moçambique, é evidente que, na memória coletiva associada a determinados lugares ou acontecimentos, não existe uma clara solução de continuidade entre escravidão local “africana”, escravidão transoceânica, cativo e trabalho forçado. As épocas e, mais ainda, as datas das várias fases se confundem. Há vários estratos na memória do cativo e da violência e um grande desejo de paz e de sair da miséria. Nas duas ilhas, ambas sobrepovoadas e ainda receptoras de muitos imigrantes do continente, a grandíssima maioria da população é pobre, em boa parte vivendo do pequeno comércio e da pesca. As atividades pesqueiras rendem um pouco pois, embora sejam artesanais, são praticadas abundantemente, sobretudo em Zanzibar, que ainda atende a indústria turística.

O esforço de patrimonialização da memória da escravidão traz consigo um duplo problema: a patrimonialização em si está centrada na transformação de objetos, lugares e práticas já definidos como “velhos”, adjetivo que dá origem à noção de inutilidade, e em algo “antigo”, uma noção que normalmente desperta nostalgia e necessidade de preservação.⁵⁰ Antes de tudo, trata-se de um processo no qual a transição é difícil em países pobres, onde se sente a ausência de *gentry*, ou seja, da classe média

50 William Cunningham Bissell, “Engaging Colonial Nostalgia”, *Cultural Anthropology*, v. 20, n. 2 (2005), pp. 215-248, [↗](#).

intelectualizada que consome, cultiva e revaloriza ruínas e objetos de antes, principalmente quando associados a antigas sociedades coloniais. A segunda dificuldade é que musealizar a dor – uma sensação normalmente escondida na esfera privada, ou mesmo, na psiquê – não é nada fácil. Os dois componentes desse problema estão sujeitos a questões universais, mas também a contextos locais diferentes. De fato, não há memória da escravidão que não seja frágil, a menos que sua defesa e preservação estejam vinculadas a questões atuais como a origem de desigualdades extremas e duradouras. Além disso, sobretudo na África, a memória da escravidão mistura-se com a memória do trabalho compulsório ou forçado, pois são dois momentos de privação da liberdade individual, mas interligados entre si. Ou seja, a escravidão e a negação da liberdade não começam nem terminam nas datas exatas estabelecidas pelo Estado, ou pela Unesco. Mas os lugares de memória, pelo menos os canonizados pela Unesco, não levam em conta essa complexidade. Afinal, eles não estão ali para criar polêmica, mas para serem “sustentáveis” e contribuir para o desenvolvimento.

Por fim, é essencial salientar que, embora se trate de um contexto de escala relativamente pequena, por serem ilhas, a forma pela qual as duas comunidades debatem sobre autonomia, pertencimento e memória histórica pode ajudar-nos a repensar questões muito maiores em torno do significado dos imaginários políticos islâmicos e do Oceano Índico, os legados contínuos e contestados do Pan-Africanismo na construção da nação e cidadania (incluindo disputas sobre fronteiras raciais, religiosas e de gênero) e a geopolítica na intersecção da identidade muçulmana e africana no século XXI.

Conclusão

Obviamente, a pesquisa e a preservação de arquivos, monumentos e lugares de memória associados à escravidão são essenciais. O inventário de sítios e lugares de memória com vista ao desenvolvimento do turismo

de memória e a criação de museus e memórias da escravidão, embora mais complexo, pode também ser uma meta interessante. Não concordamos, porém, com um programa “naturalmente” centrado no inventário e preservação de lugares de memória ligados a essa tragédia e sua promoção através de medidas e memoriais de fato universais, que, nos casos analisados, não dão conta do contexto local e colocam uma ênfase excessiva no turismo cultural, enquanto dão pouca ou nenhuma atenção à educação patrimonial junto à população local.

A partir de uma série de atores, dentre os quais se destaca a Unesco, a memória da escravidão e os processos de patrimonialização e preservação dos lugares de memória a ela associados são concebidos como algo que integra uma “comunidade mnemônica” de abrangência universal, ou pelo menos abrangendo, de forma relativamente uniforme, dois oceanos, o Atlântico e o Índico. A realidade, de fato, é bem mais complexa. O tráfico de escravizados parece ser lembrado de forma diferente na África: no processo de memorializar e monumentalizar a escravidão, há ícones globais (correntes, chicotes, jaulas, instrumentos e tortura, cais de portos, navios negreiros, cemitérios, glossários de termos chave, insultos racistas, iconografia acerca dos escravizados etc.), e também significados e sentidos bem mais locais.⁵¹ Os projetos da Unesco citados anteriormente têm contribuído, mais implícita que explicitamente, a globalizar esses ícones, mas têm se preocupado menos com a compreensão de como eles são reinterpretados localmente. Aquilo que temos chamado de norma atlântica desenvolveu-se aos poucos, por vários motivos e por meio de vários atores, na maioria dos casos pesquisadores engajados de alguma forma com o antirracismo e frequentemente interligados entre si de forma mais espontânea do que planejada, e dentro do desenvolvimento mais geral das ciências sociais dos estudos das relações raciais patrocinados pela Unesco. O processo que tem levado a essa norma teve o mérito de levantar a questão do como representar a escravidão e sua memória, além de evidenciar o contexto atlântico, mas teve também o demérito de provincializar outros contextos e oceanos. A partir da atenção

51 De Jong, “Silences that speak”, p. 320.

dada ao Oceano Índico pelos volumes da HGA, a Unesco tem tentado reverter esse processo, mas isso ainda não chegou a afetar a feitura dos lugares de memória da escravidão por ela patrocinados no próprio Oceano Índico – os quais, geralmente, são réplicas ou adaptações de monumentos ou memoriais erguidos no mundo atlântico.

O contexto das Ilhas de Zanzibar e Moçambique evidencia quão acentuadas são as dificuldades do processo de memorializar e monumentalizar os vestígios da escravidão nesses lugares do Índico. Após termos evidenciado algumas importantes diferenças entre as duas ilhas, vale a pena evidenciar alguns traços em comum. Em ambas existe uma memória da escravidão, mas esta não se manifesta ou mobiliza nas formas e nos estilos esperados pelo modelo Unesco de memorializar a escravidão e visitar memoriais existentes, que recebem predominantemente turistas – em sua grande maioria brancos e não africanos.

Recebido em 23 jun. 2024

Aceito em 01 mar. 2025

doi: 10.9771/aa.v0i71.61991

Memorizar a escravidão não é um fenômeno normal ou natural. Isso é particularmente evidente na costa índica da África. A escravização é frequentemente citada como parte da demanda por justiça social ou reparação, mas, geralmente, não é exibida de forma espetacular, sobretudo quando as relações sociais ainda são pautadas por desigualdades extremas e duradouras enraizadas na escravidão. Neste texto, começamos descrevendo, brevemente, como a Unesco desenvolveu dois importantes projetos, direta ou indiretamente relativos à patrimonialização da memória da escravidão transoceânica – História Geral da África e o programa Rota dos Escravos. A seguir, evidenciaremos os desafios para a preservação da memória associada à escravidão em dois importantes lugares na história da escravidão transoceânica: as ilhas de Zanzibar e de Moçambique.

Escravidão | Índico | Memória | Moçambique | Zanzibar

**THE FUTURE OF THE MEMORY OF SLAVERY IN INDIAN OCEAN:
REMEMBER AND FORGET IN THE ISLAND OF MOZAMBIQUE AND
ZANZIBAR**

Memorizing slavery is not a normal or natural phenomenon, it is quite the opposite. This is particularly evident on the Indian coast of Africa. Enslavement is often cited as part of the demand for social justice or reparation, but it is generally not displayed spectacularly, especially when social relations are still shaped by extreme and long-lasting inequalities rooted in slavery. In this text, we briefly describe how UNESCO developed two important projects, directly or indirectly related to the patrimonialization of the memory of transoceanic slavery, the General History of Africa and the Slave Route program. We will then highlight the challenges of preserving the memory associated with slavery in two important places in the history of transoceanic slavery, the islands of Zanzibar and Mozambique.

Slavery | Indian Ocean | Memory | Mozambique | Zanzibar